

Estados terão dificuldades em cumprir emenda da Saúde

Determinação é que todos apliquem 12% do orçamento no setor até 2004. Para isso a arrecadação terá que aumentar

Muitos estados terão dificuldades para investir 12% da arrecadação dos impostos com ações na área de Saúde até 2004, como determina a proposta de emenda constitucional aprovada na quarta-feira pela Câmara. Não só os estados, mas a União e municípios serão obrigados a vincular recursos do orçamento para o setor - como acontece hoje na área de Educação. Ficou definido que, a partir do próximo ano, os estados terão de aplicar no mínimo 7% de todo orçamento em ações no setor Saúde. Os municípios também começam aplicando um mínimo de 7% e terão um prazo de cinco anos para atingir 15%.

A maioria dos estados investe muito pouco em saúde. Eles destinam, em média, 4% do orçamento. "Alguns estados vão demorar bastante para chegar ao patamar de 12%. Muitos consomem toda verba com a folha de pessoal", avaliou o presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), Anastácio Sousa. "Não basta a lei, mas ficou



Geraldo Magela

Anastácio: muitos estados consomem toda a verba com pessoal

muito mais fácil para a sociedade cobrar mais investimentos no sistema de saúde." Anastácio é secretário de saúde do Ceará, que aplica 6,8% do orçamento com Saúde - é um dos estados que mais gastam em termos de percentual.

Os secretários municipais avaliam que não haverá grandes problemas para as prefeituras atingirem a meta de gastar 15% do orçamento com Saúde em 2004. Os municípios investem mais do que os estados quando o assunto é Saúde - a média hoje

é de 10% da arrecadação, alguns chegam a 20%.

Os investimentos do Governo federal também irão aumentar. A proposta - que ainda passará por mais uma votação na Câmara e duas no Senado - deverá destinar ao Ministério da Saúde uma verba no mínimo 5% maior do que o empenhado este ano. Os líderes governistas no Congresso calculam que o orçamento da Saúde vai crescer em R\$ 1 bilhão no ano 2000, totalizando R\$ 22,5 bilhões. De 2001 a 2004, o orçamento será cor-

rigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB).

Mas os secretários de saúde - tanto dos estados quanto dos municípios - esperavam mais recursos da União. "O resultado final ficou abaixo da nossa necessidade. A área federal deveria investir no mínimo R\$ 25 bilhões no próximo ano", avaliou o presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), Gilberto Natalini.

Os secretários, no entanto, festejaram a aprovação do texto da vinculação de recursos. Sabendo quanto vão receber da União e quanto precisam gastar, os estados e municípios poderão planejar as ações a longo prazo. "Não tínhamos tranquilidade. Uma mudança de Governo poderia provocar mudanças no nosso orçamento", afirmou Natalini.

A Constituição Federal de 1988, que criou o Sistema Único de Saúde, não estabeleceu uma fonte garantida de recursos para a manutenção do sistema. Alguns constituintes bem que tentaram. Em 1993, os deputados petistas Eduardo Jorge (SP) e Waldir Pires (BA) apresentaram esta proposta de emenda constitucional. Só agora, depois de um consenso entre oposição e Governo, a vinculação de recursos fará parte do texto constitucional.

TACIANA COLLET

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA